
Notas Bibliográficas

TORRELL, Jean-Pierre: *La "Somme de théologie" de saint Thomas d'Aquin*. Paris: Éditions du Cerf, 1998. Coleção Classiques du christianisme. 179 pp., 19,6 X 13,6 cm. ISBN 2-204-06048-8.

Numa coleção intitulada "Clássicos do cristianismo" não poderia faltar uma iniciação à Suma de Teologia, a obra mais conhecida de Tomás de Aquino. Concebida como manual de teologia para iniciantes, é uma das obras primas do pensamento humano "por sua arquitetura potente e pela fineza de suas percepções" (Guy Bedouelle, apresentando a obra na contracapa). Justamente por isso, a Suma pode atemorizar o público não especializado. Tarefa desta obra – no espírito da coleção a que pertence – é torná-la acessível a um público mais amplo, senão encorajando a sua leitura, pelo menos mostrando a razão de ter-se tornado um "clássico do cristianismo".

O A. desempenha magistralmente sua tarefa. Convencido de que uma obra do porte da Suma precisa ser contextualizada em seu ambiente histórico, literário e doutrinal, J.-P. T. apresenta primeiramente o autor e sua obra (cap. I: pp. 11-30), tarefa fácil para quem já escrevera sua biografia (cf. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino. Sua pessoa e obra*. São Paulo: Loyola, 1999; veja recensão neste mesmo número da *PerspTeol*).

Os cap. II (pp. 31-55) e III (pp. 57-89) apresentam as estruturas e o conteúdo da Suma. Desde que Chenu lançou a problemática do plano da Suma, a discussão não cessou. Evidentemente o A., ao apresentar o conteúdo da Suma, mostra como ele próprio compreende seu plano ou estrutura. Trata-se fundamentalmente do movimento circular do *exitus – reditus* (tudo sai de Deus e volta para Deus por Jesus Cristo). Cada parte e cada assunto da Suma é mostrada pelo A. em sua conexão com esse grande movimento que orienta sua arquitetura.

O cap. IV (pp. 91-120) discorre sobre o ambiente literário e doutrinal de Tomás e, conseqüentemente, de sua Suma. Aí são mostrados primeiramente traços essenciais do ensino na Universidade medieval e da produção teológica da época. Num segundo momento, o A. apresenta as fontes da Suma, a começar das fontes cristãs, as mais decisivas (a Bíblia e os Santos Padres), referindo depois as demais fontes: gregas (Aristóteles, o platonismo, os estóicos), árabes (Avicena, Averróes), judaicas (Maimônides).

Os dois capítulos seguintes são dedicados à *Wirkungsgeschichte* da Suma (a história de sua atuação sobre o pensamento posterior). O cap. V (pp. 121-144) mostra como a Suma passou de objeto de ataques, em parte virulentos, a livro de texto no ensino da teologia. De fato, num primeiro período, que vai até meados do séc. XV, a Suma desperta uma violenta polêmica. Depois, com a expansão da escolástica clássica e barroca, passará a ser considerada a obra máxima da teologia, a que dedicam seu tempo e seu esforço os grandes comentadores, entre os quais se distinguem Caetano e João de Santo Tomás.

O cap. VI (pp. 145-168) trata da Suma no séc. XX, em que o tomismo, a partir da encíclica *Aeterni Patris*, de Leão XIII, mesmo assumindo múltiplas faces, tornou-se a filosofia e teologia quase oficiais da Igreja Católica. Entretanto, da maioria dos estudantes de filosofia e teologia, Tomás não era mais conhecido a partir de um contato direto com os textos, mas de segunda e terceira mão, através de manuais. Não é de estranhar que isso tenha provocado sua rejeição. O Vaticano II, no entanto, graças aos grandes tomistas que assessoravam o episcopado, manteve a posição de Tomás na teologia católica, não no sentido de uma obrigação estrita, mas como mestre privilegiado. Não obstante, nos anos subsequentes ao Concílio, o tomismo parecia "morto e enterrado" (p. 157), o que se revelou totalmente falso em 1974, por ocasião do sétimo centenário da morte de Tomás. Uma imensa quantidade de publicações mostrou a vitalidade permanente do pensamento de Tomás. O capítulo conclui por um apanhado da produção séria de cunho histórico, acessível ao público acadêmico mais amplo, que possibilita um acesso não ingênuo à Suma.

A conclusão (pp. 169-172) procura apontar algumas razões por que a Suma pôde concentrar sobre si atenção e oposição durante sete séculos. Sua força de síntese o explica em parte, mas não se teria mantido atual, se não se tivesse tornado o livro de uma escola, que, bem ou mal, fez Tomás entrar em diálogo com o pensamento de épocas que não eram a sua. O A. assinala, por fim, a perda que foi o fato de Tomás ter sido muito tempo considerado como filósofo e, portanto, de se ter buscado "catar" na Suma as partes filosóficas. "A Suma é teológica, do começo ao fim, e seu autor é antes de tudo um teólogo que se serve de doutrinas filosóficas segundo a necessidade, mas em sua síntese apenas as reconhece como 'uma autoridade estranha e somente provável' (*STh* I, q. 1, a. 8, ad 2)" (p. 171).

Por fim, o A. apresenta uma "bibliografia comentada" (pp. 173-176), predominantemente de língua francesa, como é natural.

O livro merece ser lido por quem quiser ter uma primeira visão sobre a Suma de Teologia. Valeria a pena traduzi-lo ao português.

FT

GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio: *A autoridade a verdade*. Momentos obscuros do Magistério eclesiástico. Tradução do espanhol por Gilmar Saint'Clair Ribeiro. São Paulo: Loyola, 1998. 285 pp., 22,8 X 16 cm. ISBN 85-15-01750-4.

Esta nota quer unicamente fazer conhecida ao leitor a tradução desse livro de J. I. González Faus, cuja resenha já foi apresentada por esta revista quando da sua publicação em espanhol: *PT* 20/nº 77 (1997) 121-123. Como o leitor poderá aferir da respectiva resenha trata-se de um livro crítico, que não visa a ficar preso às críticas, mas a abrir o fiel a uma atitude de liberdade e de maturidade na fé.

Além dos fatos históricos elencados, o A. procura conduzir uma reflexão teológica de natureza eclesiológica para que se saiba interpretá-los corretamente.

A Ed. Loyola põe, desta sorte, à disposição do leitor brasileiro esse livro do arguto teólogo espanhol.

JBL

Documentos dos primeiros oito concílios ecumênicos. Tradução por Otto SKRZYPCZAK; introdução Urbano ZILLES. Coleção Teologia, 19. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 126 pp., 21 X 13,8 cm. ISBN 85-7430-097-7.

Sobre esta obra escreve Zeno Hastenteufel na orelha do volume: "É um real contributo para a teologia, porque, a partir de agora, toda pesquisa cristológica e toda discussão em torno da formação do dogma trinitário pode utilizar os textos oficiais, aprovados nos primeiros concílios, publicados em nossa língua" (citação retocada pelo recenseador). Foi com essa expectativa que o recenseador se aproximou da obra e procurou o texto da definição de Calcedônia. Eis sua primeira e grande decepção: essa peça decisiva da cristologia, por um descuido da revisão (houve revisão?), saiu sem um dos quatro advérbios que estabelecem a relação entre a humanidade e a divindade de Cristo. Lê-se à p. 57: "em duas naturezas, sem confusão, sem mutação e sem divisão". Falta o "sem separação"! Infelizmente, esta falha, por si só, desqualifica a obra para uso científico, por melhor que os demais textos tenham sido traduzidos.

Mas a decepção continuou, quando o recenseador encontrou outro trecho de Calcedônia, usado freqüentemente para elucidar a questão do sacramento da ordem: o cânon 6 (p. 60). Desta vez decepcionou-se com a tradução. O cânon trata das ordenações absolutas, isto é, não vinculadas a uma Igreja particular. É fundamental para uma compreensão do ministério ordenado nos primeiros séculos, para, à luz da tradição, chegar-se a uma visão teológica-

mente mais correta do ministério ordenado hoje. A partir do cânon 6 de Calcedônia, pode-se aprender a rejeitar categorias sacerdotais e absolutas para explicar a função do ministro ordenado, e passar a compreendê-la a partir da presidência de uma comunidade eclesial. O tradutor, não entendendo a questão subjacente, traduziu os termos-chave por "ordenações definitivas" (haveria então "ordenações provisórias"?). Na realidade, por mais que se reconheça a imensa erudição bíblica do tradutor, certamente ele não sabia do que o cânon tratava, e o traduziu como lhe pareceu menos incompreensível. Para a tradução de textos desse gênero não basta o conhecimento da língua; hoje, mais do que nunca, requereria um trabalho interdisciplinar de equipe.

Lamentavelmente não chegamos, pois, com esta obra ao tão necessário e desejado substitutivo brasileiro para o velho Denzinger com seus textos nas línguas originais, a que nossos alunos de teologia hoje não têm mais acesso. O grave é que este livro tenha sido dado à luz, com essas falhas, pela editora de uma Universidade, que por definição deveria primar por publicações de rigor científico. De resto, também do ponto de vista prático, a obra seria pouco viável na função de substituir o *Enchiridion Symbolorum*. Uma numeração dos textos à maneira do Denzinger teria sido útil para torná-la obra de referência obrigatória para os pesquisadores em teologia, como pretendia o autor da orelha acima citada.

Os textos dos diversos concílios são introduzidos por uma contextualização histórica de U. Zilles que também escreveu a introdução geral.

FT

GARCIA DE ALBA, Juan Manuel: *Cristo Jesus: Conhecê-lo. Amá-lo. Segui-lo*. Tradução do espanhol por Maria Antonia Pires de Carvalho Figueiredo. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998. 211 pp., 21 x 14 cm. ISBN 85-86259-24-1.

O autor, jesuíta mexicano, não é conhecido do público brasileiro. Talvez seja esta sua primeira obra a ser traduzida para o português.

O tema da obra, pelo contrário, é assaz conhecido e sempre de novo abordado, sem jamais ser esgotado: a pessoa de Jesus no mistério de sua humanidade e de sua divindade. A pergunta sobre a identidade de Jesus tem sido continuamente recolocada, sem que uma resposta definitiva possa ser dada. Afinal, é assim que a presente obra deve ser entendida: uma resposta provisória, porém necessária, para a questão cristológica.

O texto de JMGA resulta de seu trabalho junto a um público universitário e pretende ser um subsídio para o ensino de cristologia para pessoas com um certo nível de formação acadêmica. O caráter didático da obra transparece no fraseado curto, esquemático, formulado em tópicos bem sintéticos, e na clareza com que as idéias são apresentadas.

O esquema cristológico do autor é, de certa forma, clássico. Ele começa oferecendo algumas informações preliminares sobre Jesus (cap. 1) e contextualizando-o sob diferentes aspectos (cap. 2). A seguir, faz algumas considerações sobre a vida oculta em Nazaré, até mesmo quanto à sexualidade de Jesus (cap. 3). A decisão de Jesus de iniciar a sua vida pública (cap. 4), o seu ministério de anunciar a mensagem do Reino (cap. 5), sua condição de realizador de milagres (cap. 6), cujo objetivo era "anunciar que o reino dos céus havia chegado" (p. 75), e a convocação dos discípulos para serem seus colaboradores (cap. 7) são tópicos do ministério público de Jesus.

Então, o autor passa a abordar uma série de temas cristológicos a partir da tradição evangélica: os títulos cristológicos (cap. 8), a ciência e a consciência de Jesus (cap. 9), liberdade, virtude e santidade de Jesus (cap. 10), Jesus como problema (cap. 11), a redenção (cap. 12), a ressurreição do Senhor (cap. 13), as primeiras reflexões sobre a origem de Jesus (cap. 14), a preexistência e a encarnação (cap. 15), Jesus Cristo criador, salvador e juiz (cap. 16). Enfim, faz um percurso através dos dogmas cristológicos (cap. 17) passando pelas crises de fé das comunidades do séc. I, as heresias, as tentativas de compreender corretamente a pessoa de Jesus, desembocando nos concílios que definiram com autoridade a fé da Igreja no tocante à pessoa de Jesus (cap. 18). O último capítulo explicita o conteúdo de uma vida segundo Evangelho (cap. 19), nos seus componentes de confiança, fé, liberdade, oração, serviço, humildade, amor, alegria.

A obra é concluída com uma bibliografia comentada e um glossário de cristologia.

JMGA prescinde do colossal esforço da teologia da libertação no sentido de repensar a pessoa de Jesus no contexto da América Latina. Não passa despercebida, em sua obra, a ausência dos grandes teólogos latino-americanos que, nas últimas décadas, têm trabalhado com profundidade o tema da cristologia. Só Leonardo Boff é elencado na bibliografia. Uma atenção maior à produção cristológica do nosso Continente, inclusive quanto ao método, teria dado mais mordência e atualidade à apresentação da pessoa de Jesus e, até mesmo, levado o autor a fazer uma escolha distinta dos tópicos a serem trabalhados. Dentre os escolhidos, muitos parecem responder a preocupações teológicas do passado, já suficientemente trabalhadas. Uma cristologia, para ser atual, deve partir das questões que o momento histórico e o contexto da vivência dos cristãos coloca para a sua fé. Será que a cristologia de JMGA é suficientemente sólida para ajudar um cristão que vive num continente estigmatizado pela pobreza, pela opressão e pela injustiça a viver, com coerência evangélica, a sua fé?

JV

ROUILLARD, Philippe: *História da penitência: das origens a nossos dias*. Tradução do francês por Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1999. Coleção Teologia sistemática. 178 pp., 21 X 13,5 cm. ISBN 85-349-1166-5.

O sacramento da penitência é, dentre os sete, o que teve maiores variações no decorrer da história e a cada dia a pesquisa vai descobrindo novos aspectos de sua evolução. Assim é com interesse que se toma conhecimento deste livro ora traduzido ao português (o original é de 1996). O A. se propõe a tornar conhecidas de um público mais amplo as vicissitudes históricas deste sacramento, para que os cristãos de hoje (principalmente os mais velhos que viveram uma prática sacramental diversa da atual) compreendam o que se costuma chamar de "crise da confissão".

A dissertação sobre a história do sacramento da penitência ocupa apenas pouco mais da metade do livro. A partir da p. 105, sob o título "Documentos", o A. oferece ao leitor os textos que ilustram o que foi explicado na descrição da história, ou sobre os quais esta se baseia. Sem dúvida, uma ótima idéia, pois mostra o bem fundamentado da história que o A. apresenta e, por outra parte, torna acessíveis ao grande público textos que dificilmente poderiam ser encontrados fora de bibliotecas especializadas e, assim mesmo, só em línguas fora do alcance do leitor comum. Claro que há certo exagero ao trazer também os textos do Novo Testamento considerados no cap. I, mas é fácil desculpar. Os textos são numerados de 1 a 87 e no decorrer dos capítulos se encontra, no local adequado, a indicação em itálico entre parênteses do texto de referência através do número correspondente (p. ex.: à p. 91, Doc. 77). Apenas uma vez, à p. 23, por cochilo, deixou-se de mencionar um documento: depois da citação da carta de Policarpo aos filipenses falta indicar "Doc. 16".

A pesquisa histórica nos habituou a classificar a história da penitência em três grandes períodos: a penitência canônica (séc. II-VI), a penitência tarifada (séc. VI-XIII), a confissão auricular (séc. XIII-XX). O A. segue essa divisão, mas subdivide o último período.

O ponto de partida da evolução é, evidentemente, o Novo Testamento. As origens neotestamentárias da penitência são objeto do estudo do cap. I. O período da penitência canônica, com sua disciplina exigente de excomunhão e reconciliação, o A. o trabalha no cap. II. O cap. III trata da penitência tarifada. A ela o A. associa algumas formas extraordinárias de confissão e penitência, explicadas no cap. IV. São: o confessar-se diretamente a Deus, a confissão a leigos, as peregrinações penitenciais e a instituição do Ano Santo.

O que normalmente é considerado terceiro período da evolução do sacramento da penitência, é subdividido pelo A. Um primeiro momento (que ele denomina terceiro período) se situa entre dois Concílios: o IV de Latrão (1215) e o de Trento (1545-1563). O despertar espiritual do séc. XIII juntamente com a vontade de controle por parte da hierarquia modificam o recurso ao sacramento que se torna mais freqüente. A vontade de controle se manifesta na prescrição do IV Concílio de Latrão da confissão anual "ao sacerdote próprio"; o despertar espiritual leva à fusão entre sacramento e direção espiritual, com a conseqüente freqüência ainda maior do sacramento (cap. V).

O Concílio de Trento e suas conseqüências é o tema do cap. VI. O A. parece ver aí um quarto período da evolução. Se o incentivo à confissão freqüente levou muitos fiéis à perfeição, a obrigação da confissão anual minuciosa conduziu, no fim do período, às vésperas da Revolução Francesa, a uma revolta contra tal imposição tão pesada feita a pessoas desejosas de liberdade. Mas a disciplina instaurada no Concílio de Trento permanecerá século XX a dentro, até o Vaticano II (cap. VII). Na prática, porém, a confissão florescerá nos países recém evangelizados e irá decaindo em freqüência nos países europeus. O cap. VIII lembra como o Vaticano II redescobriu a dimensão eclesial do sacramento, mas a reforma litúrgica posterior foi vista com receio por alguns episcopados. O cap. conclui com "questões para amanhã"...

Os dois capítulos finais apresentam a prática da penitência e do perdão em algumas Igrejas Orientais (cap. IX), na Igreja Anglicana e nas provenientes da Reforma (cap. X). Não podemos ignorar como nossos irmãos separados praticam o mandato de Cristo.

O A. conclui observando que a crise penitencial não é superada por declarações e determinações do magistério, mas pelo impulso de um movimento espiritual. Foi o que aconteceu no passado. "Hoje, como ontem, a renovação penitencial é possível só no dinamismo de um impulso que englobe toda a vida cristã" (p. 103). Também a redescoberta da dimensão eclesial e comunitária da penitência é de vital importância. Além disso, a prática da Igreja através dos séculos ensina a conservar a diversidade de formas complementares que expressem e realizem o perdão de Deus. O A. ainda recomenda que se considere não só a história da penitência, mas também sua geografia e se aprenda daí.

Cada capítulo traz ao final uma breve bibliografia "para continuar o estudo...". Mas... tudo em francês, o que é óbvio no original. O tradutor e a editora não se deram ao trabalho de indicar sequer o que existe traduzido ao português: L.-M. CHAUVET – P. DE CLERCK (dir.): *O sacramento do perdão entre ontem e amanhã*. São Paulo: Paulinas, 1998 (cf. recensão na PT 31 / N° 83 [1999] 131-134), citado em francês à p. 93; os artigos da revista *Concilium*, referida várias vezes. A única exceção foi aberta para o *Pastor de Hermas*, editado pela Paulus... (cf. p. 35). Aliás, nem sequer a fórmula de absolvição é tomada da tradução oficial brasileira, mas traduzida do francês (cf. p. 170). Em compensação, à p. 84, resolveram "abrasileirar". Só que foi uma façanha pouco feliz, pois, se vale do ritual francês que, "cuidadosamente preparado e experimentado, foi enfim publicado", não vale do brasileiro que é mera tradução do latim, sem preparos nem experimentos. Basta ver as datas de publicação: o ritual latino saiu em 1974, a tradução brasileira é de 1975, enquanto o ritual francês só virá à luz em 1978. Não tendo sido modificado em nada, o parágrafo seguinte não vale da edição brasileira. Igualmente os textos citados às pp. 162-164, bem como sua numeração remissiva, valem do ritual francês, não do brasileiro. Enfim, os problemas comuns e correntes em toda tradução brasileira de textos teológicos.

O livro merece ser lido e é um bom manual para a indispensável parte histórica dos cursos de sacramento da penitência nas Faculdades e Institutos de Teologia.

FT

FISICHELLA, Rino: *Conteúdos Teológicos do Grande Jubileu*. Jesus Cristo ontem, hoje e sempre. Tradução (do italiano) por Antonio Angonese. Bauru (SP), EDUSC, 1999. 34 pp., 21 X 12 cm. Coleção Essência. ISBN 85-86259-87-X.

Opúsculo simples, direto. Recorre ao Antigo Testamento para uma primeira aproximação da celebração do Jubileu. Depois desenvolve a relação entre Jubileu e Jesus Cristo, mostrando a centralidade de Cristo. Em seguida, trabalha a idéia de João Paulo II de que o objetivo primário do Jubileu é o fortalecimento da fé. Assinala o subjetivismo da modernidade como o grande desafio à fé e vê nele a fonte de sua crise e da crise de sentido. Termina articulando o perdão com a alegria do Jubileu.

Apesar de ser texto bem simples e curto, a sua leitura pode ser muito proveitosa. Bastante eclesial. Talvez trate mais a dimensão individual da Igreja do que a dimensão eclesial do indivíduo.

JBL

CAMILOTTO, João Batista: *Hino Acatisto em honra da Virgem Maria*. Apresentação por Pedro FINKLER. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 71 pp., 21 X 13,8 cm. ISBN 85-7430-084-5.

O A., especialista em línguas clássicas, brinda-nos com uma nova tradução do Hino Acatisto a partir do original grego. Trata-se de uma jóia da hinologia oriental, que se faz mais e mais conhecida em todas as Igrejas.

A primeira parte do opúsculo ora apresentado (pp. 15-29) consiste na nova tradução do texto. A segunda parte (pp. 31-54) quer ser uma análise do mesmo. Inicialmente (pp. 33) de forma muito repetitiva o A. explica o nome do hino, que é propriamente uma rubrica, pois provém do fato de o hino ser cantado estando todos em pé. "Acatisto" significa "não sentado". Depois acentua sua importância na liturgia bizantina que lhe propicia inclusive uma solenidade litúrgica própria no quinto sábado da Quaresma (pp. 33-35). Antes o leitor já fora informado sobre a origem do hino e seu provável autor (pp. 12 e 17, nota). Uma "digressão sobre o ofício bizantino" (pp. 35-40) pretende possibilitar que se entenda melhor o contexto do hino. Entretanto, a digressão talvez seja demasiado concisa para explicar algo aparentemente tão complexo. Em todo o caso, depois de lê-la, o leitor possivelmente continuará sem entender o ofício bizantino. O A. indica também a "estrutura métrica" do hino (pp. 40-41), que já explicara nas "palavras preliminares" (pp. 12). O que deveria ser o núcleo da análise, é intitulado "apresentação temática" (pp. 41-50). No entanto, ela padece do defeito de referir-se ao hino com uma terminologia e uma numeração que não são as adotadas no texto. O texto divide

o hino em antífonas e estações, numerando-as de duas em duas e seqüencialmente pelas letras do alfabeto grego, e a primeira parte do comentário se refere a estâncias, numerando-as seqüencialmente com algarismos arábicos. É sabido que as letras gregas podem substituir os números, mas é preciso muita erudição na língua de Homero (o que dificilmente se pode supor no leitor médio brasileiro) para se ter logo presente a equivalência. A análise de cada estância é extremamente pobre e muitas vezes dá a impressão de que o A. não tem propriamente nada a dizer sobre ela e por isso simplesmente copia um trecho da mesma. Nesse sentido o item "metodologia mistagógica" (pp. 46-48) é mais esclarecedor, mas só trabalha com exemplos, não analisando toda a obra. Sintetizar a "teologia do *akáthistos*" (pp. 49-50) seria já por si uma façanha bastante difícil, pois se trata de expressar em prosa sistemática o conteúdo de um texto lírico. Pois bem, ao propor-se essa façanha, o A. dedica metade do espaço a copiar outro texto lírico, tomado de um sermão de Cirilo de Alexandria durante o Concílio de Éfeso. Seguem-se observações sobre a influência do hino na arte e uma apologia de seu valor ecumênico (p. 51). Por fim, algumas "anotações" (pp. 52-54), onde o A. percorre as festas marianas do ano litúrgico bizantino, fala de união entre o Acatisto e o hino "Cânion de José". Por fim diz algumas palavras sobre a origem do termo *theotokos*. A terceira parte (pp. 55-70) traz uma tradução do Acatisto destinada ao canto, da autoria de Luigi Lasagna. Referências bibliográficas (p. 71) encerram o opúsculo que se iniciara com uma apresentação de Pedro Finkler (pp. 7-9), verdadeiramente lamentável por seu cunho apocalíptico.

FT

PEREIRA, Leonardo Lucas e TOSTA, Sandra de Fátima Pereira (orgs):
Frei Bernardino: Um jeito de viver. Sociedade, religião e Moral.
Petrópolis: Vozes, 2000. 206 pp., 21 x 13,5 cm.

Este livro presta uma justa homenagem ao Frei Bernardino Leers OFM, na celebração do seu 80º aniversário natalício. A iniciativa partiu de um grupo de pesquisadores da PUC-MG, no âmbito de um projeto de pesquisa interdisciplinar sobre o *Catolicismo no Brasil contemporâneo: da politização dos anos sessenta à espiritualização dos anos noventa*. Desde que chegou ao Brasil, nos idos de 1948, o Frei tem feito parte desta história como professor de teologia moral, escritor prolífico, conferencista, pastoralista, agente de promoção social. Uma de suas tantas virtudes foi a de ter sido capaz de relativizar a imensa bagagem cultural com que desembarcou no Brasil (doutorado em moral, com estudos paralelos em psicologia e psiquiatria), vindo da Holanda, sua terra natal, e imiscuir-se no meio do povo interiorano de Minas Gerais para aprender uma sabedoria diferente, "um jeito (novo) de viver". A experiência do conhecido jeitinho brasileiro possibilitou-o compreender que é possível pensar a moral cristã fora dos rígidos padrões da manualística em que tinha sido formado. Este seu *insight* foi posto por escrito

na obra *Jeito brasileiro e norma absoluta* (Vozes, 1982). Sua capacidade de compaginar o acadêmico com o popular, a sala de aula com o sindicato, as páginas de revistas sisudas com os panfletos de conscientização social e religiosa, a reflexão teórica com a militância Política (com P maiúsculo) fez dele um intelectual diferente. Sem perder o contato com o que se publica pelo mundo a fora, seus escritos têm uma pertinência particular por tratar daquilo que, de veras, interessa ao nosso povo. Ou seja, rompeu com a tradição que valoriza o intelectual capaz de dialogar com os pensadores europeus e norte-americanos e interessado no que se fala lá fora, em detrimento e menosprezo dos problemas em que o povo se vê enredado.

A obra consta, fundamentalmente, de uma longa entrevista de dozes horas com o Frei Bernardino. Aí ele percorre sua trajetória de oitenta anos, desde o nascimento em Bergen op Zoom, no sul da Holanda, em 1919, até vir a se estabelecer, nos seus primeiros tempos de Brasil, em Divinópolis-MG, onde vive até hoje. O texto conserva a forma coloquial da entrevista. Com muita simplicidade e senso de humor, o Frei vai contando os fatos que marcaram sua caminhada e as suas muitas peripécias. A narrativa singela descortina suas convicções profundas e os caminhos (e des-caminhos) que palmilhou para vê-las realizadas. Nas pp. 170-183, a modo de *post dictum*, sob o título "Teologia moral em movimento – uma auto-análise crítica", ele descreve seu ideário de pensador do ethos cristão a partir do cabedal de sabedoria acumulado ao longo dos anos.

Permeando a entrevista, estão depoimentos de companheiros franciscanos (D. Aloísio Lorscheider e D. Célio de Oliveira Goulart), companheiros de militância sócio-político-ecclesial (Antonio Vaz Bueno, Pedro Alves Ferreira, Batistina Maria de Souza Corgozinho, José Ildeu Corgozinho), companheiros da academia (Alberto Antoniazzi, Cleto Caliman, José Roque Junges, Carlos Josaphat). Um anexo recolhe a vasta produção bibliográfica de Frei Bernardino, classificando-a tematicamente e comentando-a.

JV